

Discutindo e refletindo sexualidade-AIDS com professoras das séries iniciais do ensino fundamental 1

Paula Regina Costa Ribeiro*
Diogo Onofre Souza**

RESUMO

Neste artigo apresentamos o curso intitulado “Discutindo e refletindo sexualidade-AIDS com professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental” ministrado para professoras da rede escolar pública e particular do município de Rio Grande/RS. Esse teve como objetivos principais discutir representações de sexualidade-AIDS, problematizar a idéia vigente da sexualidade como uma essência manifestada pelo desejo ou pelos processos biológicos do corpo e refletir sobre a sexualidade como um dispositivo que articula saberes/poderes para o governo do corpo e da vida das pessoas. O curso foi estruturado de forma que as professoras pudessem participar da proposta de trabalho, de acordo com seus interesses, uma vez que visava estabelecer em conjunto o seu currículo. Pensar a sexualidade como uma

* Doutoranda do CPG em Bioquímica, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e Professora da Fundação Universidade Federal do Rio Grande/FURG.

** Doutor do CPG em Bioquímica, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.
e-mail: pribeiro@vetorialnet.com.br; diogo@ufrgs.br

Recebido em 12.02.02

Aprovado em 10.03.02

construção sócio-histórica, não inerente ao ser humano, talvez crie condições para que se problematize os discursos vigentes na escola sobre a sexualidade das crianças nos aspectos biológico, família-reprodução, criança inocente-assexuada e pedagógico.

INTRODUÇÃO

Neste artigo buscamos contar e discutir o curso intitulado "Discutindo e refletindo sexualidade-AIDS com professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental", o qual faz parte da tese de doutorado. O curso foi ministrado para professoras da rede escolar pública e particular do município de Rio Grande/RS¹ e, teve como objetivos principais discutir representações de sexualidade-AIDS, problematizar a idéia vigente da sexualidade como uma essência manifestada pelo desejo ou pelos processos biológicos do corpo e refletir sobre a sexualidade como um dispositivo que exerce saberes/poderes para o governo do corpo e da vida das pessoas (FOUCAULT, 1997, 1998, WAGENER, 1998).

Neste estudo, estamos entendendo a sexualidade como uma construção sócio-histórica e não como algo inerente ao ser humano, "natural". Para WEEKS (1993, p. 21): "Não podemos esperar entender a sexualidade observando simplesmente seus componentes "naturais". Esses só podem ser entendidos e adquirir significado graças a processos inconscientes e formas culturais. A "sexualidade" é uma experiência histórica e pessoal."

Nesse sentido, a sexualidade integra comportamentos, linguagens, crenças, escolhas, posturas e identidades que se relacionam segundo algumas estratégias de poder/saber² (FOUCAULT, 1997, LOURO, 1999, WEEKS, 1993, 1999).

No estudo da temática sexualidade-AIDS, procuramos estabelecer alguns nexos com proposições de Foucault bem como algumas questões postas pelos Estudos Culturais nas suas vertentes pós-estruturalistas. Este é um campo de estudos que se ocupa com problematizações associadas aos artefatos e às práticas culturais, privilegiando questões como cultura, significação, identidade e poder. Para estes Estudos, a cultura é um campo de luta em torno da significação social, no qual diferentes grupos sociais buscam a definição de suas identidades culturais e sociais (SILVA, 1999).

NELSON (1995) em seu artigo "Estudos Culturais: uma introdução", comenta que vários autores/as "estão preocupados/as com o papel do/a in-

1. O curso foi oferecido para professores e professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental, mas somente professoras o freqüentaram.
2. Poder/saber é uma expressão utilizada por Foucault que destaca que poder e saber estão diretamente implicados, ou seja, "não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder" (1999a, p. 27).

telectual em influenciar a mudança social” (p.18). Dentre estes autores, ele cita Stuart Hall, que destaca a importância da análise de temáticas/problematizações relacionadas à AIDS:

“... a questão da AIDS é também ‘um terreno extremamente importante de luta e contestação’ no qual as realidades, agora e no futuro, da política sexual, do desejo, do prazer, quem vive e quem morre, estão embaladas em metáfora e representação. O que os Estudos Culturais devem fazer, e têm a capacidade para fazer, é articular compreensões sobre ‘a natureza constitutiva e política da própria representação, sobre suas complexidades, sobre os efeitos da linguagem, sobre a textualidade como um local de vida e morte’” (ibid.).

Os Estudos Culturais têm buscado, em suas análises, caracterizar o objeto de estudo como artefatos culturais, isto é, como resultado de processos de construção social (SILVA, 1999). Desta forma, entendemos também a sexualidade como um artefato, uma invenção que se constituiu e, constitui, na correlação de múltiplos elementos sociais presentes na família, medicina, educação escolarizada, psicologia...

Este artigo está organizado em três partes. Na primeira, revisitamos a história da educação sexual no Brasil, na tentativa de mostrar que a inclusão da sexualidade no currículo escolar vem ocorrendo desde o início do século XX e que, ao final deste, a AIDS colocou a educação sexual novamente em destaque. Na segunda parte, apresentamos e discutimos o curso acima referido, suas perspectivas e estratégias, a metodologia utilizada e quais foram as temáticas elencadas pelas professoras. Na terceira parte, abordamos sexualidade, AIDS e escola buscando mostrar que não há um silêncio na escola em relação à sexualidade, o que vem ocorrendo é o funcionamento do mecanismo de interdição, ou seja, pode-se falar de sexualidade das crianças, dentro de regras que controlam e legitimam o discurso autorizado como o biológico, o da família-reprodução, da criança inocente-assexuada e o pedagógico.

REVISITANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL³ NO BRASIL

Ao final do século XX, a discussão da educação sexual nas escolas parece estar em destaque a partir dos problemas e das questões suscitados

3. Nesse estudo, estamos utilizando a expressão educação sexual, no sentido proposto por FIGUEIRÓ (1996, p. 59), que segundo a autora “implica que o educando seja considerado sujeito ativo no processo de aprendizagem e não mero receptor de conhecimentos, informações e/ou orientações”.

pela AIDS. BONATO (1996, p. 19) lamenta que "... novamente a sexualidade do homem é pensada pela educação [sexual], não como parte integrante de sua vida, de sua condição de cidadão, mas como um dispositivo para atacar um momento histórico determinado, principalmente, pela doença. Como um dispositivo que tem como função principal responder a uma urgência".

Entretanto, a discussão sobre a inclusão da sexualidade no currículo escolar vem ocorrendo desde o início deste século pela influência das concepções médico-higienistas do século XIX. Naquela época, apareceram as primeiras idéias sobre educação sexual, as quais objetivavam o combate à masturbação e às doenças venéreas, como também o preparo da mulher para ser esposa e mãe (BONATO, 1996, GUIMARÃES, 1995, SAYÃO, 1997).

Na década de 20, o movimento feminista liderado por Berta Lutz, tentou a implantação da educação sexual nas escolas com o objetivo de proteção à infância e à maternidade. No Congresso Nacional de Educadores, em 1928, discutiu-se a aprovação de um Programa de Educação Sexual, mas somente para crianças acima de 11 anos (BONATO, 1996, GUIMARÃES, 1995, SAYÃO, 1997). Para BONATO (1996) a idade da criança, como alvo de um dispositivo, foi sempre um elemento central nos projetos de educação sexual.

Em 1938, conforme CHAUI (1984), o autor Osvaldo Brandão Silva escreveu o livro "Iniciação sexual – Educacional (leitura reservada)", o qual se destinava apenas aos meninos, já que as meninas perderiam a inocência se o lessem e, só deveriam ser iniciadas no sexo, por seus maridos.

Segundo BONATO, o livro "Obras Completas – A formação da personalidade" do padre Leonel França, publicado em 1954, discute a educação sexual e a quem cabe o dever de propiciar esta educação para os infantes e adolescentes. Para França, cabe a família cumprir esse papel de orientador e não a escola ou o Estado enquanto poderes públicos: "Parece-nos de capital importância excluir qualquer iniciação sexual feita coletivamente nas escolas. Nos mistérios da vida quem deve iniciar os adolescentes são os pais. Só o lar reúne as condições psicológicas e morais para uma educação sadia e eficiente em matéria tão delicada" (FRANÇA⁴, apud BONATO, 1996, s.p.). Para França, ao que parece, a sexualidade é concebida como um mistério a ser desvendado, e quem tem o papel de desvendar é a família, apresentando a sexualidade como algo privado. Assim, a escola como espaço público e coletivo, não deve tratar dessas questões. Segundo França é "necessário suprimir dos programas de ensino uma iniciação coletiva" (id. s.p.)

Na década de 40 e 50, segundo SAYÃO (1997) e GUIMARÃES (1997) não se tem conhecimento de trabalhos ou iniciativas de educação

4. FRANÇA, Leonel, S. J., padre. **Obras Completas**. A formação da personalidade. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1954.

sexual, devido ao controle do tema pela Igreja Católica, que dominava o sistema educacional.

Nos anos 60, surgiram livros do padre Charboneau, muito difundidos entre pais e educadores, escritos dentro da moral católica-cristã, que enfatizavam a "educação para a responsabilidade e consciência da paternidade." (GUIMARÃES, 1997, p. 60)

Até essa época, esses estudos históricos indicam que a educação sexual esteve centrada no controle do corpo, especialmente através da natalidade e no reforço dos papéis sexuais de homem e de mulher.

Foi no início da década de 60, que algumas escolas públicas e particulares dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tentaram a implantação de um programa de educação sexual. Porém, devido às mudanças políticas geradas pelo golpe de 64, essas experiências foram interrompidas em consequência da repressão e do moralismo vigente.

Em 1968, a deputada federal Júlia Steimbruck apresentou um projeto de lei propondo a introdução obrigatória da educação sexual em todas as escolas do ensino fundamental e médio (então denominados de primário e secundário) do país. A Comissão Nacional de Moral e Civismo do Ministério da Educação e Cultura, foi radicalmente contra o projeto e o rejeitou. Os pareceres mostravam um caráter conservador e defendiam a inocência, a pureza e a castidade das crianças. Dentre os pareceres, destaco os do Almirante Benjamim Sodré e do General Moacir Araújo Lopes, respectivamente. Esses ilustravam os posicionamentos da época com relação à educação sexual:

"A expressão educação sexual deveria ser substituída por 'educação da pureza... a inocência é a melhor defesa para a pureza e castidade... não ensinar materialmente como a procriação se procede para o homem e para a mulher, mas antes exaltar o que caracteriza o sexo masculino: caráter, coragem, respeito e amor que, sem egoísmo, mais dá do que recebe; e o sexo feminino: a delicadeza, a bondade, a pureza, a confiança, indo até a doação, ao casamento, à maternidade... Não se abre à força um botão de rosas e, sobretudo, com mãos sujas" (WEREBE, 1998, p. 173).

Na segunda metade da década de 70, com o processo de reabertura política e o conseqüente abrandamento da censura, ressurgiu o interesse pela educação sexual, motivado pelos movimentos feministas, pelos movimentos de controle populacional, pela mudança no comportamento sexual do jovem, devido à pílula como método anticoncepcional e, também pelo avanço da medicina no controle das doenças sexualmente transmissíveis (GUIMARÃES, 1995, SAYÃO, 1997).

Segundo FIGUEIRÓ (1996), foi no início da década de 80, que surgiram as primeiras publicações que "encaram a Educação sexual como meio

de transformações sociais, portanto, como uma atividade política” (p. 53). Essas publicações pautaram-se em escritos de Foucault, Freud, Reich, Marcuse, Donzelot e Politzer.

Nesta década, muitas escolas abriram espaço para a discussão da sexualidade através de palestras, encontros, debates a cargo de médicos e/ou de psicólogos e/ou pela abordagem dos conteúdos relativos à reprodução humana nas disciplinas de ciências e biologia (SAYÃO, 1997). Esse espaço teve, como principais motivações as questões vinculadas à gravidez indesejada na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS.

Percebe-se que a AIDS (re)colocou a educação sexual na escola. Conforme CABRAL (1995, p. 13) “A sexualidade humana constitui um dos temas amplamente investigados nos últimos 30 anos, por causa de sua importância para os diversos campos da ciência. Mas, recentemente, esta investigação tem-se voltado para a educação, uma vez que a humanidade contemporânea se vê estarrecida diante de uma ameaça chamada Aids”.

Ao longo da década de 90, várias prefeituras implantaram projetos de orientação sexual nas escolas, destacando-se os trabalhos desenvolvidos nas redes municipais de São Paulo e Porto Alegre. As escolas municipais de Porto Alegre incluíram na sua proposta pedagógica um trabalho de orientação sexual como “uma alternativa consistente para integração dos conteúdos lógicos e desejantes da aprendizagem, buscando aproximar-se da vida em sua complexidade cotidiana, comprometida com uma concepção de ser humano pleno e, portanto, sexuado” (JACOB et al., 1999, p. 85).

Nesse período, várias instituições não governamentais (ONGs) como ABIA, ECOS, GTPOS⁵, entre outras, passaram a produzir materiais educativos (vídeos, manuais, guias,...) para o trabalho de orientação sexual, de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS, como também para o preparo de educadores (BONATO, 1996, SAYÃO, 1997).

Enfim, foi na última década do século passado, que a educação sexual passou a ser instituída através de políticas públicas educacionais normatizadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação e do Desporto.

Em 1995, o MEC implantou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que possuem um conjunto de temas – Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual – que receberam o título de Temas Transversais para o Ensino Fundamental. Assim, a educação sexual apareceu oficialmente integrando o currículo por meio da transversalidade. Conforme os PCNs (1997, p. 34) “a orientação sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como

5. ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS/RJ, ECOS – Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana/SP, GTPOS – Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual/SP.

objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados”.

Na justificativa, para a implantação da Orientação Sexual, é possível ver que a Orientação Sexual atua como uma estratégia de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, a AIDS, ao abuso sexual e a gravidez indesejada: “A partir de meados dos anos 80, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco de contaminação pelo HIV (vírus da AIDS) entre os jovens.” (BRASIL, 1997, p. 111)

Para LOURO (1997), a educação sexual encontra-se freqüentemente relacionada à prevenção da AIDS. A autora salienta que não há dúvidas de que as informações sobre a AIDS e de outras doenças precisam ser divulgadas e integradas às atividades educativas, no entanto, torna-se necessário que se preste atenção se o cuidado com a manutenção da saúde não está sendo feito de modo a cercear o exercício da sexualidade.

Nesta direção, com o propósito de avaliar os efeitos (a eficácia) da educação na saúde escolar, o UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas em HIV/AIDS), realizou uma atualização de uma revisão de estudos da OMS (Organização Mundial da Saúde), sobre o efeito da educação sobre a saúde sexual. Este estudo tinha como meta avaliar o impacto da educação sobre saúde sexual no comportamento dos alunos em termos de taxa de gravidez entre adolescentes, aborto, natalidade, doenças sexualmente transmissíveis e atividade sexual auto-relatada. Dentre outros aspectos ele mostrou que: o comportamento responsável e seguro pode ser aprendido; a educação sobre sexualidade e/ou HIV não estimula aumento da atividade sexual; programas de qualidade ajudam a adiar a primeira relação sexual e a proteger os jovens das DSTs, AIDS e da gravidez. Esse estudo também constatou que o início da educação sobre saúde sexual deve anteceder a atividade sexual. Isso se justifica pela ocorrência de um maior número de alunos matriculados no ensino fundamental do que no ensino médio, e porque em muitos países, a maioria das crianças já saíram da escola aos 15 anos de idade (UNAIDS, 1999).

Os dados epidemiológicos apresentados no Boletim Epidemiológico-AIDS (BRASIL, 2001), mostrando as vias de contaminação pelo HIV, podem ser vistos como uma outra estratégia utilizada para controlar o comportamento sexual da população. O Boletim indica as categorias de exposição ao vírus: indivíduos menores de 13 anos a transmissão é perinatal em 82%, ignorada em 10,8%, homossexual em 0,1%, sangüínea em 7% e sexual em 0,1%; indivíduos do sexo masculino com 13 anos ou mais a transmissão é sexual em 55,9%, ignorada em 22,3% e sangüínea em 21,8%, UDI 20,3%; indivíduos do sexo feminino com 13 anos ou mais a transmissão é sexual em 56,6%, ignorada em 27,3% e sangüínea em 16,%, UDI 14,1%. Frente a esses dados apresentado no Boletim Epidemiológico, se antes

havia resistência ou dúvidas da importância da educação sexual, esses dados parecem eximi-las.

Nesse sentido, entendemos que as proposições e os discursos que normatizam os projetos de educação sexual hoje nas escolas, norteados pelo eixo transversal: Orientação Sexual dos PCNs, vem atuando como uma estratégia regulamentadora da sexualidade, a qual tem como matriz a biopolítica⁶. Essa tecnologia de poder regula a sexualidade através de mecanismos de controle e intervenção centrados nos fenômenos biológicos como: a natalidade, a AIDS, as doenças sexualmente transmissíveis... Integrando tal tecnologia existe outra a disciplinar⁷, dirigida ao corpo, regulando a sexualidade através do controle do mesmo, nos gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos. (FOUCAULT, 1997, 1999, 2000).

Revisitar a história da educação sexual no Brasil evidenciou que a escola, a igreja, a medicina, a família e instituições não governamentais foram, e são instâncias, que procuram regular a sexualidade de crianças, adolescentes, homens e mulheres por meio de uma educação sexual. A sexualidade tem sido motivo de debates e proposições por várias instâncias sociais onde o corpo é o objeto e o alvo do poder. Desde o início do século até hoje a educação sexual foi e se encontra relacionada com os problemas de saúde pública, como, por exemplo, neste momento a AIDS, e a regulação do comportamento da população através da sexualidade.

O CURSO

Falar da sexualidade nem sempre é fácil; geralmente acabamos falando sobre atos sexuais, funções do corpo humano, métodos anticoncepcionais, prevenção de doenças... Falar da sexualidade não como uma questão pessoal e privada, mas como uma produção histórica, uma questão social e política, na qual se exercem relações de poder, foi a perspectiva que se assumiu no curso "Discutindo e refletindo sexualidade -AIDS com professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental"⁸.

6. Segundo Foucault (1997a, p. 89), biopolítica é "a maneira pela qual se tentou desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidades, raças..."

7. Essa outra tecnologia de poder "é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo." (FOUCAULT, 1999, p. 297)

8. Esse curso foi organizado pelo Grupo de Pesquisa Estudos em Educação em Ciências do CPG em Ciências Biológicas: Bioquímica, ICBS/UFRGS. O curso contou com o apoio da 18ª Delegacia de Ensino/Rio Grande.

Para LOURO (1997, p. 141), abordar a sexualidade e a AIDS de uma outra forma, implicam mudanças significativas, o que não é tarefa fácil nem trivial,

“... trata-se de assumir que todos os sujeitos são constituídos socialmente, que a diferença (seja ela qual for) é uma construção feita – sempre – a partir de um dado lugar (que se toma como norma ou como centro). É preciso, pois, pôr a norma em questão, discutir o centro, duvidar do natural.”

No curso, a sexualidade foi concebida e abordada como um dispositivo histórico, que conforme FOUCAULT tem a ver com “... à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder” (1997, p. 100). Nesse sentido, o curso teve como propósitos conhecer e entender o funcionamento dos elementos sociais⁹ que constituem a sexualidade, presentes nas práticas pedagógicas das professoras das séries iniciais.

O curso foi dirigido às séries iniciais do Ensino Fundamental por várias razões. Ao realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática sexualidade-AIDS, verificamos que existia um grande número de materiais direcionados para os adolescentes, mas pouco dirigido para às crianças, sendo desta forma “permitido”, “autorizado” discutir essas temáticas só a partir da adolescência. Outra razão, refere-se ao entendimento das crianças como inocentes e assexuadas, para quem a educação sexual passa pelo “não dito”, por falar o mínimo possível ou controlar o que é falado. E, por último, porque a AIDS, nos últimos anos, mudou seu perfil epidemiológico atingindo um grande número de mulheres, que por sua vez, através da transmissão vertical (perinatal) tem contaminado muitas crianças que correspondem a um expressivo número de portadores ou doentes de HIV/AIDS tanto na Educação Infantil como nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Tais constatações, levaram-nos a organizar o curso, no qual participaram vinte (20) professoras das séries iniciais que estavam em regência de sala de aula, representando dez (10) escolas da rede pública e particular do município de Rio Grande/RS¹⁰. As escolas que foram convidadas a participar do curso são representativas das características sócio-econômica e cultural das regiões do município.

9. Consideramos elementos sociais o dito e o não dito que compõem o dispositivo (Foucault, 1999).

10. O curso foi organizado em encontros quinzenais, com duração de quatro (04) horas, e foi realizado, de agosto a dezembro de 2000, no Centro de Apoio à Melhoria do Ensino de Ciências da FURG.

O curso foi estruturado de forma que as professoras pudessem participar da proposta de trabalho, de acordo com seus interesses, uma vez que se visava estabelecer em conjunto o seu currículo¹¹. Para tanto, uma das primeiras atividades do curso teve como propósito identificar as questões destacadas pelas mesmas como relevantes para serem abordadas em relação à sexualidade e AIDS. Para a realização desta atividade utilizamos a técnica denominada “semáforo” onde as professoras escreviam uma palavra ou pergunta que correspondesse a um tema de interesse próprio relacionado com a sala de aula sobre sexualidade e AIDS e, distribuindo, a seguir, as fichas pelos círculos ou “sinais do semáforo”, dependendo do grau de dificuldade que viam nos temas (vermelho – muita dificuldade, amarelo dificuldade média, verde – pouca dificuldade).

Apresentamos, a seguir, as temáticas indicadas pelas professoras como de maior dificuldade, uma vez que essas são representativas das demais dificuldades e também porque foi a partir destas que se organizou o programa do curso:

Muita dificuldade: *Um aluno está sempre chamando a atenção do grupo para gravuras de mulher pelada, seus desenhos sempre têm relação a sexo (ato sexual). Como lidar com isso?; Como falar de homossexualidade com crianças de 6 a 7 anos na sala de aula?; Namoro entre crianças de 6 anos do mesmo sexo.; Quando o aluno é bem afeminado na sala de aula e os colegas ficam de brincadeira. Que providências tomar na sala de aula?; Como lidar com uma sala de aula onde tem uma criança de 1ª série portadora do HIV?; Como devemos responder as perguntas sobre sexo de crianças entre 6 e 7 anos? Não fomos preparadas para isso quando fizemos magistério?; Sexo para explicar para crianças.; Tabus sobre o próprio corpo (e família).; Descoberta do alunos prazer.; Como tirar da cabeça das crianças que o sexo não é uma coisa de ter vergonha na sala de aula?; Como abordar o assunto sobre sexualidade com crianças de 6 a 13 anos?; Homossexualismo.; Aparelho reprodutor.; Sexo na adolescência.; Sexo sem amor; Como orientar esses assuntos na escola com as colegas?; Como falar de AIDS nas séries iniciais? Gravidez; Relação Sexual; Drogas.*

Essa atividade, que teve como objetivo elencar as temáticas sobre sexualidade-AIDS a serem desenvolvidas ao longo do curso, permitiu-nos observar que as preocupações das professoras estão voltadas para o **como e quando** tal conhecimento deve ser ensinado/tratado na sala de aula: *Como começar a falar em Aids numa turma de 8 à 17 anos?; Quando o aluno é*

11. Ao entender o currículo “como o resultado de um processo de construção social.” (SILVA, 1999, p. 135), empreendemos a tarefa de construir o currículo do curso em conjunto com as professoras, na tentativa, de uma intervenção social e política com o mesmo na medida que ele incorporou os interesses relacionados aos contextos da sala de aula.

bem afeminado na sala de aula e os colegas ficam de brincadeira. Que providências tomar na sala de aula? Essas temáticas – homossexualismo, sexualidade e crianças, AIDS e crianças – são vistas como problemas que precisam de uma solução/resposta/receita. Enfim, pareceu-nos que elas procuravam uma receita de cunho pedagógico.

A partir dessa atividade estabelecemos as temáticas – sexualidade-AIDS e sala de aula, corpo, sistemas reprodutores, homossexualismo, PCNs, sexualidade-AIDS nos livros didáticos e para-didáticos – que constituíram o programa do curso e que foram organizadas nos seguintes encontros: Representações de sexualidade e AIDS; Sexualidade e AIDS na sala de aula; Sexualidade humana; Que corpo a escola produz?; Como fui parar aí dentro? Sistema reprodutor masculino e feminino e métodos anticoncepcionais; Identidades Sexuais e de Gênero; Sexualidade e AIDS nos livros didáticos, infantis e na coleção saúde na escola; PCN – Eixo Transversal Orientação Sexual; AIDS e escola.

Na tentativa de trabalhar a sexualidade como uma construção sócio-histórica foram convidados profissionais de vários campos – biologia, psicologia, educação, medicina e história – a fim de desenvolverem as temáticas que compuseram o curso. Todos os encontros foram gravados em fita K7, as quais foram transcritas e estão sendo analisadas.

A partir dessa perspectiva, cada encontro tinha um objetivo e uma estratégia metodológica: **“Representações de sexualidade-AIDS”** teve o propósito de conhecer as representações das professoras a respeito da sexualidade e AIDS através de desenhos, discutir a diversidade de representações (rede de relações), entendendo que a sexualidade e a AIDS envolvem uma série de símbolos, convenções, rituais que são processos culturais e plurais; **“Sexualidade e AIDS na sala de aula”** a fim de compreender como as professoras representam a sexualidade e AIDS nas práticas da sala de aula, através de narrativas de situações que aconteceram nas suas salas de aula envolvendo as questões da sexualidade e AIDS e como as mesmas trataram estas situações; **“Sexualidade Humana”** teve o objetivo de discutir as diferentes perspectivas da sexualidade que estão presentes nas práticas escolares através de atividades como sexualidade humana é....., concordo/discordo, leitura de textos, debates...; **“Que corpo a escola produz”** a fim de discutir o corpo como histórica e culturalmente produzido e de que a escola é um dos espaços culturais implicados na sua produção, compreender como as professoras falam do seu corpo e do corpo em suas práticas pedagógicas através de histórias do nome, fotos...; **“Como fui parar aí dentro? – Sistema Reprodutor feminino e masculino”** teve o propósito de conhecer como as professoras das séries iniciais falavam do funcionamento sexual dos corpos masculinos e femininos, dos processos de fecundação e de gravidez e, também, conhecer como as ações pedagógicas desenvolvidas nas séries iniciais constroem a sexualidade através de desenhos dos sistemas

reprodutores e de dramatização; **“Identidades sexuais e de gênero”** a fim de problematizar a idéia de que homens e mulheres não nascem prontos, eles são produzidos/construídos ao longo da sua vida nos diferentes contextos culturais e discutir a escola como uma instituição social sexualizada e generificada através da discussão de vídeos, leitura de textos, debates...; **“Sexualidade e AIDS nos livros didáticos, infantis e da coleção saúde na escola”** teve o propósito de analisar os livros didáticos, infantis e da coleção saúde na escola a fim de problematizar os discursos de sexualidade e AIDS presentes nesses livros; **“Discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Tema Orientação Sexual”** teve o objetivo de analisar e discutir o eixo transversal – orientação sexual dos PCN.

Ao organizar o curso pretendíamos contribuir para uma reflexão sobre sexualidade-AIDS nas séries iniciais, no entanto uma “contribuição interessada”, como diz VEIGA-NETO (1996, p. 163), pois conforme o autor “ao falarmos sobre alguma coisa e ao ouvirmos o que os outros têm a dizer sobre isso, articulamos melhor nossa razão e melhoramos nossas maneiras de entender, analisar e criticar o mundo” e uma “reflexão provisória”, isto é, “dar algumas respostas e criar outras perguntas” (ibid. p. 164). Essa foi a perspectiva que assumimos de contribuir e refletir sobre a sexualidade-AIDS na sala de aula.

SEXUALIDADE, AIDS E ESCOLA

Na nossa sociedade existe uma variedade de instâncias – igreja, família, medicina, escola – que tratam da sexualidade, que nos fazem pensar sobre a mesma a fim de escutar, registrar e redistribuir o que dela se diz. Neste estudo, buscamos ver como a escola – instância de saber e poder – fala e trata da sexualidade das crianças.

Segundo FOUCAULT, a partir do fim do século XVII o sexo foi colocado em discurso. Em vez de uma restrição, o que se viu foi um mecanismo crescente de incitação, processo que se intensificou no século XIX com o nascimento das ciências humanas. Para o autor, houve uma explosão discursiva “... em torno e a propósito do sexo...” (1997, p. 21). Nessa explosão discursiva, houve um refinamento do vocabulário autorizado, um controle das enunciações, definiu-se onde e quando falar sobre sexo, em quais situações, quais os locutores e interlocutores. Essa foi a forma que a sociedade contemporânea encontrou de vigiar, normatizar e controlar a sexualidade – falando intensamente sobre ela. O ponto essencial sobre o discurso da sexualidade, segundo o autor, está “... em levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz...” (1997, p. 16).

Embora, muitos afirmem que a escola não fale sobre a sexualidade das crianças e dos adolescentes, FOUCAULT (1997, p. 31-32) nos diz o contrário. Desde o século XVIII a instituição pedagógica:

“... concentrou as formas do discurso nesse tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos os administradores e os pais. Ou então, falar do sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirige a elas, ora fala delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso.”

Nesse sentido, não há um silêncio na escola em relação à sexualidade, não há um mutismo, “... aquilo que se recusa a dizer ou que se proíbe mencionar...” (ibid. p. 30). O que vem ocorrendo é o funcionamento do mecanismo de interdição¹², ou seja, pode-se falar de sexualidade das crianças, dentro de regras que controlam e legitimam o discurso autorizado como: o biológico, o da família-reprodução, da criança inocente-assexuada e o pedagógico.

No discurso biológico, presente na escola, o corpo é concebido como pura anatomia onde a sexualidade se reduz ao conhecimento das estruturas dos sistemas reprodutores masculino e feminino. Nesse discurso, a sexualidade é concebida como genitalidade – um atributo biológico – compartilhado por todos os seres humanos independente de sua história e cultura. De acordo com CAMARGO e RIBEIRO (1999, p. 50), “conhecer a sexualidade não significa aprender a estrutura dos genitais. Educação sexual centrada na genitalidade advém de uma educação que disciplina, organiza e concentra o prazer nos genitais; assim procedendo, anestesia o resto do corpo”.

Autorizadas a falar da sexualidade, através do discurso “científico” que legitima sua prática pedagógica, as professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental passam a tratar dessa temática na 4ª série, onde estuda-se o corpo humano. No entanto, ao terem como matriz a disciplina “um conjunto de métodos, um corpus de proposições verdadeiras” (FOUCAULT, 1998, p. 30), no conhecimento, identificação e categorização dos órgãos dos sistemas reprodutores, as professoras desconsideram ou marginalizam os saberes das crianças construídos nas suas experiências de vida sobre seus corpos e tomados como “falsos” ante ao conhecimento biológico. Ao mesmo tempo, regulam as maneiras das crianças verem, pensarem e agirem em relação aos seus corpos.

12. Para FOUCAULT (1998, p. 9) a interdição é um procedimento externo que regula os discursos: “sabe-se bem que não se tem direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, não pode falar de qualquer coisa.”

Relacionado ao discurso biológico está presente o discurso da família-reprodução, em que a sexualidade é representada conforme o modelo adulto vinculando à reprodução, à formação de uma família. Neste modelo, a sexualidade encontra-se relacionada à procriação, por conseguinte, à copulação, sendo uma razão justificável para as relações sexuais e para a formação de uma família constituída por uma casal heterossexual e seus filhos. Nas escolas, este é o modelo dado como “normal” e “natural”, enquanto que, os outros arranjos familiares e as outras formas de exercer a sexualidade não aparecem ou são representados como “não-natural” e “anormal”. Desta forma, a escola vem reforçando as identidades sexuais e de gênero naturalizadas na sociedade – a família nuclear tradicional, a heterossexualidade, os papéis masculino e feminino. Para EPSTEIN E JONHSON (2000, p. 206) “... a educação sexual que começa com a biologia da reprodução é intrinsecamente problemática, porque não pode ser mais que heterossexual e, por conseguinte, sexista.”

Os comentários das professoras, participantes do curso já referido, mostraram-nos que o discurso família-reprodução dirige-se mais aos alunos da 1ª e 2ª série do Ensino Fundamental, pois conforme as mesmas, as crianças são “pequenas”, inocentes e suas curiosidades são em saber “como eu nasci”, “de onde vem os bebês”. Usa-se o discurso da família-reprodução para explicar a concepção e o nascimento, representando a sexualidade como “sexo” e o “sexo” como procriação.

A escola, fundada no discurso da inocência-pureza das crianças, argumenta que não há necessidade de falar sobre sexualidade na sala de aula, já que não há nada para dizer, nem para escutar e nem para saber sobre sexualidade. Esse discurso tem como principal pressuposto a idéia da criança demasiado inocente, muito imatura e muito pequena para se falar de sexualidade. Para EPSTEIN E JONHSON (2000, p. 144) “... os discursos da ‘inocência da infância’ entram em jogo, sobre tudo na relação com a escola, para produzir um pânico moral em torno da sexualidade e educação”.

Desta forma, muitos professores/as pensam que se falassem da sexualidade, na escola, com as crianças, estariam despertando precocemente as mesmas para o assunto, uma vez que o conhecimento poderia levar à prática. Esses/as desconsideram que as crianças têm informações, veiculadas principalmente na mídia, através de novelas, programas, propagandas, músicas, danças, entre outras, ou pela vivência na família, através dos comportamentos sexuais, visíveis e imaginado dos adultos. BRITZMAN (1996, p. 78) destaca:

“Quando chega a ser tratado, o conhecimento de sala de aula sobre sexualidade é tipicamente sinônimo de reprodução heterossexual, embora até mesmo esse conhecimento seja banalizado. Além disso, a assim chamada informação técnica sobre reprodução sexual é altamente contestada porque a informação sobre sexo é vista como a causa da atividade sexual.”

Outro argumento apresentado para não se falar da sexualidade na escola refere-se ao entendimento de que cabe a família “dar” uma educação sexual para as crianças. Tal procedimento não é novo, uma vez que segundo FOUCAULT (1999) desde a metade do século XVIII é pela família, segmento privilegiado da população, que os mecanismos de governo devem passar: “quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto a comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. – é pela família que se deverá passar.” (p. 289).

Mas são apresentados outros argumentos quando se fala de sexualidade na escola, como o fato das crianças serem consideradas muito curiosas e espertas, justificando que por elas serem assim é que é necessário satisfazer as suas dúvidas, entretanto falando o mínimo possível, regulando o que é dito. De acordo com EPSTEIN E JONHSON (2000, p. 73) “a sexualidade das crianças se pode regular, se pode intervir nela, tudo em nome da educação e da proteção.” Este argumento da proteção, algumas vezes, é utilizado para falar da sexualidade considerando o abuso sexual que muitas crianças sofrem. Todavia, a crença da inocência das crianças, vem inibindo a comunicação entre as crianças vítimas do abuso e os adultos (KITZINGER apud EPSTEIN E JOHNSON, 2000).

Desde a década de 80, integrando o dispositivo da sexualidade emerge um outro, a AIDS. Porém, como esse outro dispositivo, que atua também governando e disciplinando corpos, vem atuando na escola?

Para responder essa questão, considero o livro didático um importante indicador de como alguns assuntos são tratados na escola. A pesquisa “Como o discurso produz as representações de AIDS nos livros didáticos de ciências e biologia”, forneceu algumas indicações de como a AIDS vem sendo tratada na escola¹³. Nas séries iniciais do Ensino Fundamental este tema foi encontrado em pouquíssimos livros. Na 1ª e 2ª série nenhum livro abordava esse assunto; na 3ª série apenas um livro, no capítulo: Dia de vacinação; na 4ª série, nos capítulos das doenças causadas por microorganismos ou nos capítulos que tratavam das questões das transformações do corpo e do cuidado com o mesmo. Nesse estudo, pode-se perceber que a AIDS é um assunto que praticamente não é abordado nas séries iniciais do Ensino Fundamental, o que não causa estranheza devido ao discurso da criança inocente e assexuada. Os livros que tratavam dessa temática na 4ª série eram orientados pelo discurso biológico, pois apresentavam os seguintes tópicos: o que é AIDS, como se transmite o HIV, como não se transmite o HIV, como é o tratamento e a prevenção, quais são os sintomas, o que devemos fazer para ajudar o “aidético” e ser solidário com ele, entre outros aspectos.

13. Trabalho apresentado por RIBEIRO E DAZZI (2000) na IV Jornadas Latino-Americana de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, no painel Onde se aprende a Ciência? Análises na Perspectiva dos Estudos Culturais, Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas.

Segundo as professoras participantes do curso, a AIDS não é um tema abordado nas séries iniciais porque esse não é um assunto do interesse das crianças, embora todas concordem que o conhecimento sobre AIDS já circula no espaço escolar seja, pela mídia (através de noticiários e campanhas de prevenção), seja pelos alunos que têm parentes ou conhecidos com o vírus ou, quando não por alunos com AIDS.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Revisitar a história da educação sexual no Brasil mostrou-nos que a educação sexual no século XIX foi marcada pelas influências médico-higienistas, mas que ao final do século XX, a educação sexual apareceu em destaque devido à AIDS, um dispositivo que vem atuando para controlar e regular a população.

Esse estudo também evidenciou que a sexualidade vem sendo tratada por distintas instâncias sociais como a família, a igreja, a escola que tem procurado regular a sexualidade das crianças, adolescentes através de uma educação sexual centrada nos fenômenos biológicos – biopolítica da espécie humana – e dirigidas ao corpo – disciplina anátomo-política do corpo humano.

A escola vem utilizando diferentes mecanismos de interdição para controlar e regular *o que, como e quando* falar a respeito da sexualidade das crianças, nesse sentido, tem se utilizado de diferentes discursos como o biológico, o pedagógico, o da criança inocente-assexuada e o da família-reprodução.

Através desse estudo buscamos procurar condições para que se pense a sexualidade e as pedagogias escolares relacionadas a essa temática de uma outra maneira, ou seja, como uma construção sócio-histórica e não como algo inerente ao ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONATO, N. M. da C. *Educação (sexual) e sexualidade: o velado e o aparente*. [On line]. 1999. Disponível: <http://www.geocities.com/athens/ithec/9565/tese/inidicee.html>. [capturada em set./1999].
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília, 1997.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Boletim Epidemiológico da AIDS*. Brasília, abril a junho de 2001.
- BRITZMAN, D. P. O que é esta coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jul./jul. 1996.
- CABRAL, J. T. *A sexualidade no mundo ocidental*. Campinas: Papirus, 1995.

- CAMARGO, A. M. F. e RIBEIRO, C. *Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal*. São Paulo: Moderna, 1999.
- CHAUÍ, M. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- EPSTEIN, D. e JOHNSON, R. *Sexualidades e institución escolar*. Madrid: Morata, 2000.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. *A produção teórica no Brasil sobre educação sexual*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 98, ago., 1996, p. 50-63.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- _____. *Resumo dos cursos do collége de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997a.
- _____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GUIMARÃES, I. *Educação sexual na escola: mito e realidade*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.
- JACOBY, J. L. et al. *Orientação Sexual*. Revista Paixão de Aprender, Porto Alegre, n. 11, p. 85-92, março 1999.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Pedagogias da sexualidades. In: _____. (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 9-34.
- NELSON, C.; TREICHLER, P.; GROSSBERG, L. *Estudos Culturais: uma introdução*. In: SILVA, T. T. (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 7-38.
- PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA HIV/AIDS (UNAIDS). *As crianças e o HIV/AIDS*: informativo do UNAIDS, abr. 1999.
- ROSEMBERG, F. *Educação sexual na escola*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo v. 53, p. 11-19, maio 1985.
- SAYÃO, I. *Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários*. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.
- SILVA, T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- VEIGA-NETO, A. *A didática e as experiências de sala de aula: uma visão pós-estruturalista*. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 161-175, jul./dez. 1996.
- WAGENER, J. R. (1998). *The construction of the body through sex education discourse practices*. In: POPKEWITZ, T. S., BRENNAN, M. (eds.) *Foucault's challenge: discourse, knowledge and power in education*. New York: Teachers College Press.
- WEEKS, J. *El malestar de la sexualidad*. Significados, mitos y sexualidades modernas. Madrid: TALASA, 1993.
- _____. *O corpo e a sexualidade*. In: LOURO, G. (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- WEREBE, M. J. G. *Sexualidade, política e educação*. Campinas: Autores Associados, 1998.